

PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO URUGUAI: ARTICULAÇÃO ENTRE O DIREITO À CIDADE E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO

**RODOLFO BARBOSA RIBEIRO¹; ANDRÉIA TEIXEIRA CAMISA²; ALINE DE
MOURA RIBEIRO XAVIER³; FLÁVIA PAGNONCELLI GALBIATTI⁴; LEANDRO
FERREIRA FONSECA⁵; ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO⁶**

¹*Universidade Federal de Pelotas – rodolfobrbeiro@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – andreiata.camisa@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – alinemourarx@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – flaviagalbiatti@hotmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – lferreiraonseca@gmail.com*

⁶*Universidade Federal de Pelotas – andre.o.t.carrasco@gmail.com*

1. APRESENTAÇÃO

Este projeto de extensão parte do princípio de que as demandas sociais por maior acesso à infraestrutura urbana, pelo direito à moradia e condições adequadas de habitat devem ser pautas prioritárias nas ações e reflexões do arquiteto e urbanista e, desse modo, devem transformar-se em referências para seu processo de formação.

Diante disto, as atividades de extensão de uma Faculdade de Arquitetura e Urbanismo devem necessariamente incorporar tal abordagem, contribuindo tanto na fundamentação social destas reivindicações quanto para a construção de alternativas superadoras.

Nesse contexto o João de Barro Escritório Modelo (JoãoBEM) se apropria do termo "modelo" de uma forma crítica, de modo a enfrentar estas questões no desenvolvimento de uma alternativa à disciplina de Arquitetura e Urbanismo que tenha em seu horizonte o comprometimento com a maioria da população.

O Projeto de Urbanização da Ocupação Uruguai tem como principal objetivo desenvolver possibilidades superadoras a partir de um projeto de processo participativo, constituindo uma instância de democratização da Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo na difusão de uma cultura de projeto socialmente responsável.

Segundo dados oficiais no ano de 2013 aproximadamente 91 mil pelotenses viviam em 156 áreas de urbanização precária sem titulação de posse ou propriedade. O fato de que cerca de 27% da população da cidade tenha sua moradia afetada por este tipo de irregularidade demonstra a escala do problema.

No mesmo período, a cidade de Pelotas foi contemplada com recursos do Ministério da Cidade, através do programa Papel Passado, que possibilitaram a regularização de 2500 lotes. Uma das áreas contempladas pelo Programa Papel Passado em Pelotas foi a Ocupação Uruguai, localizada entre as ruas Marechal Deodoro, Benjamin Constant, Barão de Santa Tecla e Uruguai.

A convergência entre as atividades do EMAU e as demandas da comunidade da Ocupação Uruguai foi construída a partir das principais características deste contexto urbano e social: existência de uma demanda coletiva; estar em processo de organização por demandas sociais; propiciar espaço de troca de conhecimentos; relacionar diferentes campos do conhecimento, buscando a multidisciplinaridade e complementaridade na extensão; relacionar o tempo de elaboração com o tempo acadêmico; gerar benefícios coletivos e permitir ajustes da demanda (flexibilidade); estar vinculado a questões ambientais.

2. DESENVOLVIMENTO

A metodologia aplicada é típica de ações para o projetos de desenho urbano que pretendem a autonomia das comunidades participantes, com os envolvidos operando como interlocutores de um processo que envolve ensino e aprendizagem dentro de um projeto de extensão.

O Projeto de urbanização se caracteriza pela intervenção urbana, onde se busca a melhoria das condições do habitat, compreendendo, para além da moradia, a infraestrutura urbana, a construção de equipamentos sociais e de lazer, a mobilização e organização comunitária, a geração de trabalho e renda, a educação sanitária e ambiental e a regularização fundiária.

Dessa forma, o modo de organização e articulação das atividades do projeto de urbanização na Ocupação Uruguai se configura através de processos participativos, constituindo uma instância de democratização da Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo, tendo o projeto como: Instrumento para as lutas pelo direito à cidade; Campo de convergência de metodologias de discussão das demandas populares e dos contextos inseridos; Exercício de prefiguração do futuro e transformação destes contextos; Instância do encontro de saberes entre comunidade externa e acadêmica quanto sujeitos desta transformação; Crítica aos limites de atuação da disciplina de Arquitetura e Urbanismo e da Universidade Pública.

O desenvolvimento do projeto acontece a partir de encontros de discussão e trabalho que se sobrepõem no tempo e são marcados pelas idas e vindas na comunidade, configurando um processo dialógico, dos quais podemos destacar: reuniões e assembleias entre a comunidade e o JoãoBEM; grupos de estudos e reflexão internos; reuniões organizativas; e oficinas de projeto abertas a toda comunidade acadêmica.

3. RESULTADOS

O projeto junto a comunidade da Ocupação Uruguai vem se desenvolvendo desde o final de 2013, inicialmente em uma etapa de levantamento espacial, a fim de contribuir ao programa de regularização fundiária - atividade realizada em conjunto a Prefeitura Municipal de Pelotas, através da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. O processo subsidiou a aproximação do grupo de extensão à comunidade e possibilitou a criação de espaços de diálogo, no sentido de ampliar o debate sobre a regularização para o contexto da comunidade na cidade, as demandas sociais e os direitos dos moradores.

Atualmente o processo de titulação dos imóveis avança internamente na Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, tendo como base o material produzido pelo EMAU e pela comunidade. No entanto, considerando a legitimação institucional do direito de posse como ponto de partida para a qualificação urbana plena, somada às demandas levantadas junto a comunidade, vê-se na construção participativa de um projeto de urbanização um instrumento para a superação desse contexto.

Sendo assim, os encontros com a comunidade, são pautados por questões levantadas pelos moradores e informes relativos ao processo de regularização fundiária, seja pela Secretaria, pelos representantes dos moradores no processo de regularização como, também, pelo grupo de extensão. As decisões são discutidas em assembleias gerais, no encontro entre a comunidade e o EMAU.

Destacam-se duas formas complementares de enfrentar as demandas apresentadas, uma ligada a mobilização social, na qual torna-se fundamental o debate sobre as contribuições e limites da disciplina de arquitetura e urbanismo - espaço marcado pela participação de outras áreas do conhecimento e movimentos sociais - e outra de cunho projetual a qual será retratada aqui.

O Projeto de urbanização, materializa-se como instrumento de articulação das demandas da comunidade, organizando-as em etapas e vinculando a possibilidades concretas de intervenção.

A sistematização das demandas resulta em uma divisão de quatro etapas de projeto, que se complementam, mas permitem o enfrentamento parcial: Passeios e Ruas - propostas de solução às demandas e consolidação do caráter de área livre; Lote para Serviços Públicos - adequação de um lote para o atendimento de serviços e usos propostos pelos moradores; Ginásio - ocupação e qualificação de uma pré existência lindeira a comunidade; Terreno da UFPel - compartilhamento de equipamentos públicos do projeto de Moradia Estudantil da UFPel.

Até o momento, as etapas de projetos realizadas foram a de Passeios e Ruas e a do Lote para Serviços Públicos, construídas paralelamente.

A etapa de Passeios e Ruas relaciona-se às questões de infraestrutura básica demandadas pela comunidade - saneamento, pavimentação e drenagem - destacando-se o espaço da rua como área livre em uma região densificada como a ocupação uruguai. A etapa está dividida em quatro pontos: Rua Mista: consolidando o compartilhamento existente das vias, utilizando-se de recursos de nivelamento das ruas e calçadas, drenagem central, paginação do piso, garantindo uma faixa livre para passagem de veículos de emergência; Iluminação: aumento da quantidade de postes altos de distribuição de rede e iluminação, alternando postes baixos também de iluminação; Arborização: Vegetação de pequeno porte na confluência dos passeios com as vias de maior gabarito. Lixeiras: redistribuição das coletores existentes, garantindo o atendimento pleno da comunidade.

Quanto ao Lote para serviços públicos, destaca-se pela proposta ter sido levantada pelos moradores como solução para as demandas específicas da implantação de uma sede de serviços públicos na comunidade. O projeto tem base em um módulo adaptável, propondo o edifício em uma tipologia de fita, tendo o térreo em planta livre, o pavimento tipo em dois compartimentos separados pelo átrio e a cobertura em laje impermeabilizada. É proposto o suporte a diversos usos - creche, posto de saúde, centro comunitário, etc. Quanto a materialidade, propõe-se a utilização de materiais e técnicas locais, no sentido de aproximação e troca de saberes populares e acadêmicos.

4. AVALIAÇÃO

O projeto de urbanização da Ocupação Uruguai consolida o lugar da prática extensionista da disciplina de arquitetura e urbanismo, através da importância da atuação junto às comunidades nas ocupações irregulares e de mais baixa renda. Construindo junto a essas comunidades, espaços de reflexão e ação nos contextos inseridos articulando o direito à cidade e as demandas sociais na construção de possibilidades superadoras, a partir da assistência técnica em arquitetura e urbanismo.

O projeto enquanto desenho tem importância significativa dado o processo de construção junto a comunidade, no sentido de organizar e planificar as demandas. Para além das possíveis soluções encontradas, cabe salientar a força

como documento de registro e construção de um horizonte comum entre os moradores sobre o futuro da Ocupação Uruguai.

A apropriação do projeto pela comunidade, ressalta o caráter de ferramenta na luta pela ampliação do direito à cidade, elevando o nível de disputa com o poder público. Amplia o diálogo com a prefeitura sobre as possibilidades de melhorias na ocupação, com uma base consolidada por um processo de discussão que permeia as questões relacionadas à legislação e o contexto socioespacial da comunidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, O. VAINER, C. MARICATO, E. **Cidade do Pensamento Único: Desmascarando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOULOS, G. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem teto**. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

CARRASCO, A.O.T. **Os Limites da Arquitetura, do Urbanismo e do Planejamento Urbano em um Contexto de Modernização Retardatária**. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

FREIRE, P. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999

KAPP, S. BALTASAR, A.P. Por uma arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. **Impulso**, Piracicaba, v.17, n.44, p. 93 - 104, 2006.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.